



Opinião Econômica

Solange Srouf

Diretora de macroeconomia para o Brasil
no UBS Global Wealth Management



Uma proposta fora da nossa realidade

A redução da jornada de trabalho voltou ao centro do debate público após a Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovar uma proposta de emenda à Constituição que prevê o fim da escala 6x1, com a redução gradual da carga semanal. Pelo desenho em análise, o limite máximo cairia inicialmente para 40 horas e, depois, seria reduzido de forma progressiva até alcançar 36 horas, ao longo de um período de transição de cinco anos. A busca por melhor qualidade de vida é legítima. O problema surge quando essa agenda é dissociada das restrições econômicas e institucionais que moldam a realidade brasileira.

ato proposto, a medida tende a elevar o custo do trabalho. Ao combinar jornadas menores com férias remuneradas, feriados nacionais, estaduais e municipais,

além de outros dispositivos previstos na legislação, o número de dias não trabalhados - e ainda assim remunerados - torna-se extremamente elevado. Em uma economia de baixa produtividade, como a nossa, o resultado tende a ser a perda de competitividade, menor grau de investimento e avanço da informalidade.

O exemplo internacional ajuda a colocar o debate em perspectiva. Ao longo das últimas décadas, a Europa optou por trabalhar menos horas por semana do que os Estados Unidos. Essa escolha, em grande medida, ajuda a explicar o hiato persistente entre o desempenho do PIB europeu e o americano. Vemos ali um trade-off claro: mais tempo livre e maior proteção social, mas crescimento econômico mais contido.

Mesmo nos países europeus em que a redução da jornada foi

relativamente bem-sucedida, o caminho seguido é bastante distinto do que se discute no Brasil. No Reino Unido e na Islândia, as experiências ficaram restritas a setores de alta produtividade e decorreram de acordos negociados, não de imposições legais amplas. Na Alemanha, a jornada média caiu gradualmente ao longo de décadas, acompanhando os ganhos de produtividade e preservando a competitividade das empresas.

Já o caso francês serve de alerta. A redução da jornada elevou o custo por hora trabalhada, não gerou criação líquida de empregos e levou parte dos trabalhadores a buscar ocupações adicionais para recompor renda. Os ganhos esperados de bem-estar e produtividade ficaram aquém do esperado.

No caso do Brasil, a posição nesse debate é muito mais frágil. Segundo a OCDE, a produtividade

por hora trabalhada permanece em torno de US\$ 18 a US\$ 20, patamar distante do observado nas economias que hoje conseguem avançar para jornadas mais curtas, onde a produtividade gira em torno de US\$ 70 por hora.

A reforma trabalhista de 2017 buscou ampliar o espaço para a negociação entre empregadores e empregados, permitindo maior adaptação das jornadas à realidade de cada setor e das próprias empresas. A lógica reconhece que um mercado de trabalho heterogêneo exige arranjos flexíveis, capazes de acomodar diferenças de produtividade, tecnologia e organização do trabalho. Na prática, porém, esse modelo tem enfrentado resistência do próprio Judiciário, que por vezes anula acordos legítimos ou contratos de terceirização previstos em lei. Esse ambiente reduz os incentivos à formalização e à negociação,

justamente em um momento em que novas tecnologias demandam reorganização de processos, redefinição de funções e maior flexibilidade na alocação do trabalho.

A redução da jornada é um tema legítimo, mas não pode ser o ponto de partida. Antecipar esse movimento sem antes enfrentar os dilemas estruturais da economia brasileira é uma aposta arriscada. Para o Brasil, o caminho passa por estabilidade fiscal e institucional, investimentos em educação e tecnologia, elevação do capital humano e atração de investimentos produtivos.

Sem esses pilares, reduzir a jornada por decreto tende a produzir exatamente o efeito oposto ao desejado: mais custos, mais informalidade e menos crescimento. A ordem do desenvolvimento econômico importa - e invertê-la costuma sair caro.

Pix ou Cartão de Crédito?

Com a **Tag Banrisul**, o importante é passar direto nas filas de pedágio e estacionamento com mensalidade grátis!

Escolha como quer pagar: no **Cartão de Crédito** ou **Recarga por Pix**.



Neugebauer duplica produção e atinge faturamento bilionário

Para 2026, são previstos R\$ 10 milhões em aportes, desta vez somente em manutenção da fábrica recém-renovada

/INDÚSTRIA

Eduardo Torres

eduardo.torres@jcrs.com.br

Presentear com bombons também nas festas de final de ano tem se tornado um hábito dos brasileiros e, na produção, como aponta o presidente da Neugebauer, Ricardo Vontobel, as vendas de dezembro já representam 15% dos números anuais, atrás somente da Páscoa.

Um volume que ajudará a fabricante de chocolates gaúcha, com produção em Arroio do Meio, no Vale do Taquari, a atingir em 2025 o histórico faturamento de R\$ 1 bilhão.

“Era uma marca que já vínhamos perseguindo desde que iniciamos o nosso ciclo de investimentos na produção, em 2023, dobrando a nossa capa-

cidade, mas acabamos prejudicados pela escalada global nos preços do cacau, que representa 50% do nosso custo de produção e teve um salto de mais de 400% no valor”, diz Vontobel.

Ainda assim, de acordo com o empresário, a indústria cresceu 11% neste ano. “Em 2026, com a perspectiva de estabilização dos preços, devemos crescer 22%”, afirma.

Neste ano, a empresa desembolsou R\$ 27 milhões no Rio Grande do Sul. Representou a última parte do ciclo de investimentos de R\$ 175 milhões iniciado em 2023. Para 2026, são previstos outros R\$ 10 milhões em aportes, desta vez, somente em manutenção da fábrica recém-renovada.

Nos dois primeiros anos, com investimentos concentrados nas linhas de barras e pasta de chocolate, a Neugebauer

duplicou a sua capacidade produtiva, e hoje chega a 1,5 milhão de toneladas de chocolates por mês.

Já em 2025, além de investir na atualização tecnológica dos seus processos de gestão, a empresa gaúcha concentra os recursos nos bombons, com o aumento da capacidade dos “silos”, que são os espaços de armazenagem deste produto depois de pronto.

“É aquele estágio entre a produção e a embalagem. O ritmo da produção é mais rápido, então, é necessário termos essa estrutura para a qualidade dos produtos”, explica o presidente da empresa.

É que, segundo Vontobel, os bombons estão entre os principais carros-chefe na estratégia de avançar, além do Sul do Brasil, com maior força para outras regiões do País. Hoje, segundo a

Associação Brasileira de Supermercados (Abras), os bombons da fabricante gaúcha, especial o Amor Carioca, ocupam o quinto lugar na preferência dos consumidores do Nordeste, e respondem por 2,5% do mercado consumidor de bombons no Brasil -- 5,2% no Sul.

As barras de 80 gramas, que também estão entre os principais produtos da Neugebauer, já representam 6% do mercado nacional, chegando a 6,6% nos estados do Sudeste e a 10% no Sul.

“Neste ano, lançamos a linha Neug, de recheados, e que, juntamente com o avanço dos bombons, terá papel importante na nossa consolidação em mercados como Sudeste, Nordeste e até Santa Catarina, aqui no Sul”, explica o empresário.

Este avanço nacional, somado à possível estabilização

do cacau, é que explica a perspectiva de crescer 22% no próximo ano.

Além da sua estrutura fabril no Vale do Taquari, a empresa opera com seis operadores logísticos parceiros em diversas regiões do País. Estrutura que, segundo Ricardo Vontobel, pode ter incremento nos próximos anos.

Ficha Técnica

- **Investimento:** R\$ 37 milhões
- **Estágio:** Concluído (R\$ 27 milhões), Anunciado (R\$ 10 milhões)
- **Empresa:** Neugebauer
- **Cidade:** Arroio do Meio
- **Área:** Indústria
- **Investimento em 2024:** R\$ 67 milhões